



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

CIDADE DO PANAMÁ, PANAMÁ, 6 DE MARÇO DE 2002

É com imensa satisfação que me dirijo aos representantes do povo panamenho na primeira visita de Estado de um Presidente brasileiro à República do Panamá.

Acompanho a contribuição desta Casa à afirmação da democracia como valor maior da vida panamenha.

A recente aprovação da lei sobre transparência na gestão pública fala por si só dos sentimentos que animam a Assembléia Legislativa, afinada com os padrões mais exigentes da boa governança.

Como Chefe de Estado egresso do Parlamento, onde militei anos a fio, sei aquilatar a importância de uma Assembléia forte e atuante para a realização dos objetivos nacionais, inclusive no plano externo – importância que se tem acentuado nos últimos tempos, quando a fronteira entre o externo e o interno torna-se cada dia mais tênue, tamanha a influência que os eventos internacionais passaram a ter no cotidiano de nossas sociedades.

Sabemos que não é isenta de riscos a elevada exposição de nossos povos às flutuações da dinâmica internacional.

Tenho sido crítico do caráter assimétrico de que se tem revestido a globalização, no comércio e nas finanças. São tantos os óbices a impedir o acesso aos mercados norte-americano e europeu que o mundo em desenvolvimento se vê privado de um importante fator de progresso, que é a troca equânime de bens e serviços com os países ricos.

Também me tenho voltado contra os surtos especulativos, que impuseram sérios limites a uma administração autônoma das políticas públicas.

Mas acredito que a inserção dos países na economia globalizada continua a depender primordialmente de escolhas nacionais. Depende da capacidade de cada Estado de reunir a capacitação humana e tecnológica suficiente para fazer bom uso do potencial oferecido pela era da informação para a geração de renda e riquezas.

E depende igualmente da disposição dos diferentes Governos em somar forças no sentido de estabelecer mecanismos de governança no âmbito da economia internacional que reduzam as assimetrias existentes.

Não tenho dúvida de que as democracias estão melhor aparelhadas para esse exercício de articulação política.

A montagem de consensos internacionais passa, como toda e qualquer negociação, pela acomodação de diferentes pontos de vista, por uma contabilidade de ganhos e perdas, prática que ganha em eficácia quando amparada na opinião pública interna, quando dotada de legitimidade.

Daí minha confiança na participação de democracias consolidadas, como o Panamá e o Brasil, nos diferentes cenários em que se busca normatizar os fluxos comerciais e financeiros. A começar pela esfera regional, envolvidos como estamos na integração de mercados com países vizinhos.

O Mercosul e o Mercado Comum Centro-Americano me parecem credenciados não apenas a favorecer a prosperidade de seus membros, mas a concorrer para a tessitura de uma integração hemisférica em bases estritamente simétricas.

Sei da experiência acumulada pelo Panamá na condução da Secretaria Administrativa da Alca e estou certo de que isso reverterá a favor de

uma contribuição das mais efetivas na negociação de acordo que beneficie, de forma equânime, todas as nações do continente.

Paralelamente teremos o desafio da nova rodada negociadora da Organização Mundial do Comércio.

O Brasil está empenhado em que os ganhos alcançados na reunião de Doha sejam traduzidos em conquistas efetivas para o mundo em desenvolvimento.

Em alguns dias, o México hospedará a Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento ao Desenvolvimento. A oportunidade é das mais propícias para que se renove o pleito por uma globalização mais solidária.

Nos últimos meses, os temas afetos à paz e à segurança voltaram a ocupar espaço maior na agenda internacional. Os eventos de 11 de setembro receberam o merecido repúdio da comunidade dos Estados.

A Organização dos Estados Americanos cumpriu o papel que lhe cabia na coordenação da solidariedade hemisférica com o Governo e o povo dos Estados Unidos. Tampouco se eximiu a OEA da prerrogativa de reclamar empenho no combate aos males conexos do consumo e tráfico de drogas, do contrabando de armas e da lavagem de dinheiro.

Para o mesmo fim têm concorrido os entendimentos que se multiplicam de Governo a Governo, como os acordos que firmei com a Presidente Mireya Moscoso em agosto passado.

Aqui também, na luta contra o crime organizado, a democracia me parece um importante trunfo, ao favorecer a mais ampla convergência de instâncias públicas e privadas contra inimigo que representa uma verdadeira ameaça à coesão das sociedades nacionais. Para não falar da afinidade natural que existe entre Governos eleitos na luta contra a ilegalidade e o arbítrio.

É assim que interpreto e saúdo o expressivo apoio de que tem gozado o Presidente Andrés Pastrana no exercício de sua autoridade constitucional. Não há como transigir com os atos de abominável violência cometidos pelas FARC.

O Brasil espera que o Governo colombiano reassuma a soberania plena de seu território e possa firmar as bases de uma paz sólida e duradoura.

Não vejo como tratar da paz sem recordar que a América Latina continua em débito com sua fonte maior de instabilidade social: a indigência material, a pobreza.

Nos anos sessenta, éramos cativos da ilusão de que a reconquista da democracia traria consigo a redenção de todos os males, a começar pela superação da miséria. A luta se revelou mais árdua, mas ainda pode ser vencida.

Na verdade, as condições para a eliminação da pobreza jamais foram tão favoráveis quanto nos dias de hoje, cientes como estamos de que são fadados ao insucesso os caminhos excludentes da estatização e do fundamentalismo de mercado.

Parece-me generalizada a percepção de que as leis de mercado devem ser temperadas pela ação de um Estado atento aos direitos do consumidor e comprometido com o objetivo de acesso universal aos serviços públicos.

Não menos aceito é o entendimento de que isso supõe abertura ao diálogo e à cooperação internacional, e não veleidades autárquicas.

É essa a motivação maior da aproximação crescente entre o Panamá e o Brasil. Queremos crescer juntos, para benefício de nossos povos.

As oportunidades de cooperação são as mais amplas possíveis.

Os setores produtivos de ambos os países saberão identificá-las, como já estão fazendo.

Aos Governos cabe o papel de sinalizador do intercâmbio, o que também está sendo feito.

Hoje terei o prazer de visitar as obras de modernização e ampliação do Canal Interoceânico. Estou certo de que o Brasil e todo o continente muito se beneficiarão desse exemplo da capacidade empreendedora e do descortino histórico do povo panamenho, um povo que reconhece sua privilegiada situação geográfica e faz disso um pólo de convergência entre as nações.

Há muito o Panamá atua no sentido de congregar.

Muito me honrou fazer entrega das Atas do Congresso Anfictiônico à Presidente Moscoso dois anos atrás.

Simon Bolívar deu vazão a seu sonho.

Hoje quem dá provas de um saudável cosmopolitismo é uma nação inteira, que esta Casa representa com reconhecido brio.

Muito obrigado.